

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – PAIVA, Ilana Lemos de; MOREIRA, Tabita Aija Silva; LIMA, Amanda de Medeiros. Acolhimento institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 1405-1429, Abr- Jun. 2019.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este estudo visa analisar a trajetória de reinstitucionalização de crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento. Para tanto, analisou as Guias de Acolhimento e de Desligamento das crianças e adolescentes, entre 2010 e 2017. Os dados apontam que a reinstitucionalização possui forte relação com a situação de pobreza e ausência de políticas públicas efetivas para o acompanhamento das famílias.

Palavras-Chave: acolhimento institucional; reinstitucionalização; crianças e adolescentes.

3) Objetivo do estudo - O presente estudo teve como objetivo caracterizar a trajetória de reinstitucionalização de crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento, na cidade de Natal/RN, após tentativa de reintegração à família de origem. Espera-se, com esse estudo, ampliar o debate sobre os avanços e desafios que ainda persistem no que se refere à proteção de crianças e adolescentes através da medida de acolhimento institucional.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 2010 a 2017

6) Forma de coleta de dados – Para a realização deste estudo foi conduzida uma pesquisa documental como procedimento de coleta de dados. As 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte (RN), consentiram com o acesso às Guias de Acolhimento e Desligamento das crianças e adolescentes, entre os anos de 2010 e 2017. Entre 2010 e 2017 foram geradas 2.269 Guias de Acolhimento e 2.061 de Desligamento na Comarca de Natal/RN. Destas, foram encontradas 676 Guias de Acolhimento no CNCA cujo acolhido havia entrado mais de uma vez no sistema. Ao realizar um cruzamento das informações para identificar aquelas guias cujos acolhidos possuíam mais de um ingresso em Serviços de Acolhimento, após reintegração à família de origem, foram encontradas 81 Guias de Acolhimento.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Após realização do cruzamento de informações, foram levantados dados de caracterização dos acolhidos e suas famílias, a partir das informações contidas nas Guias de Acolhimento e Desligamento com o auxílio do software de análise de dados *IBM SPSS Statistics*.

8) Resultados / dados produzidos – Os motivos contantes na Guia de Acolhimento como justificativa para a reinstitucionalização, temos a transferência entre SAICAs, retorno malsucedido para a família de origem, manutenção da medida protetiva, adoção malsucedida, evasão da criança/adolescente, medida socioeducativa em meio fechado e internação em comunidade terapêutica. Acredita-se que um dos fatores de dificuldade para os profissionais dos Serviços de Acolhimento é a conciliação das tarefas de proteção dos acolhidos e, ao mesmo tempo, auxiliá-los no desenvolvimento da autonomia. No que concerne à composição familiar, 33,3% dos acolhidos possuíam irmãos também sob esta medida protetiva. A faixa etária dos sete aos dezoito anos incompletos foi a que mais apontou múltiplas reinserções (75,4%). E o intervalo entre os acolhimentos em 67,9% dos casos foi de até um ano, o que pode significar que há algum acompanhamento após a reinserção familiar, mas os dados encontrados não permitem caracterizar e compreender se há um caráter de monitoramento das famílias ou de apoio socioassistencial na superação dos ciclos de violência e contextos que provocaram o acolhimento institucional. O índice de responsáveis pela criança ou adolescente antes da reinstitucionalização revela a família extensa como grande fonte de apoio afetivo e social aos genitores ou assumirem a responsabilidade pelo cuidado das crianças e adolescentes. A localização das residências familiares revela que a residência dos pais ou responsáveis está localizada nas Zonas Administrativas com os maiores índices de desigualdade social e violência da cidade de Natal/RN. Os principais motivos apontados para o novo acolhimento foram (como pode ser observado no gráfico 2 abaixo): negligência (35,8%); abandono dos pais ou responsáveis (32,1%); dependência química dos pais ou responsáveis (29,6%); situação de rua da criança ou adolescente (29,6%). A carência de recursos materiais e financeiros da família, apesar de aparecer em apenas 8,6% dos registros, parece permear grande parte dos motivos do acolhimento, principalmente sob uma nova nomenclatura, a “negligência”. Adolescentes, também, foram reinstitucionalizados devido ao que foi classificado como uso abusivo e drogas ou álcool (2,5%). Esta justificativa é complexa, porque não implica diretamente na violação de direitos pelos pais ou responsáveis e denota uma postura moralista na avaliação da necessidade do acolhimento. As solicitações de acolhimento por conflitos familiares (16%) talvez pudessem ser evitadas, caso a rede de atendimento estivesse familiarizada com práticas de mediação comunitária e resolução de conflitos. O número de novos acolhimentos devido às crianças ou aos adolescentes estarem em situação de rua (29,6%) pode ter relação com as dificuldades destes se adaptarem novamente à vida com a família de origem, além da necessidade deles contribuírem com a subsistência da família. A ameaça de morte apareceu como justificativa para 11,1% dos processos de reinstitucionalização. Os dados analisados apontam para práticas moralistas e desconectadas da realidade social das famílias das crianças acolhidas, por ocasião da reinstitucionalização.

9) Recomendações – A garantia do direito à convivência familiar e comunitária não pode ser considerada uma responsabilidade apenas da família, pois demanda a articulação de diversos serviços que, por vezes, estão fragilizados diante da carência de recursos materiais e humanos, além da falta de autonomia profissional devido aos frágeis contratos empregatícios e da ausência de formação inicial e continuada. É preciso considerar a realidade brasileira de fecundas desigualdades sociais e a oferta de serviços pobres para os pobres. Este contexto prejudica ainda mais o acompanhamento dos egressos e o fortalecimento de atitudes ou parcerias que evitariam novos acolhimentos destes.

10) Observações e destaques – Conhecer as famílias dos acolhidos e, em especial, a relação destas com a Rede de Proteção infanto-juvenil é fundamental para pensar estratégias de fortalecimento do cuidado e evitar a aplicação da medida protetiva de acolhimento. Viver situações de acolhimento institucional, prejudica o desenvolvimento psicossocial dos acolhidos, bem como seus sentimentos de pertencimento, autoestima e construção da autonomia. Estas consequências podem perdurar apesar das estratégias utilizadas pelo SAICA ou suas famílias.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.